



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

ATA Nº. 260

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis pelas vinte e uma horas, reuniu no Auditório da Biblioteca Municipal José Mariano Gago, a Assembleia Municipal de Olhão, em Sessão Extraordinária, convocada a treze de outubro de dois mil e dezasseis, sob a presidência do Senhor Daniel Nobre Santana e secretariada pelos Senhores Bruno Filipe da Cruz Alexandre e Luís Miguel Paté Salero Viegas, respetivamente primeiro e segundo Secretários, com a Ordem do Dia constante da convocatória em anexo (Doc.1). -----

Estiveram presentes os elementos eleitos para o órgão em causa: -----

- Da bancada do Partido Socialista (PS):-----

João Luís Relvas Henrique Charrão-----

João Gabriel Calabreta Martins-----

Catarina Andreia da Conceição Nunes do Poço-----

Daniel Canceira Guedes-----

Hélder Nuno Silva do Carmo-----

Alberto Manuel Dias Mestre-----

Isilda Maria Viegas Silva Moreno-----

- Da bancada do Partido Social Democrata (PSD):-----

Daniel Nobre Santana-----

Luís Miguel Paté Salero Viegas-----

Carlos Manuel Neves Parente da Silva-----

Albina Maria Matos Alves-----

Bruno Filipe da Cruz Alexandre-----

Herlander Benjamim Moleiro Mascarenhas de Barros-----



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

- Da bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): -----

Josué Tavares Marques-----

Vanda Isabel Guerreiro Bernardo Pinheiro -----

Maria Madalena Dias Pereira-----

- Da bancada do Bloco de Esquerda (BE): -----

Domingos Pedro Ferro Terramoto-----

Marcos Viegas Quitério-----

Gilda Maria Sancho Gil-----

- Estiveram também presentes por inerência das suas funções, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia: de Olhão, Luciano Neves de Jesus (PS); de Pechão, Paulo Vasco Dias Salero (PS); de Quelfes, Miguel Januário Covas Dimas (PS) e da União de Freguesias de Moncarapacho e Fuseta, Manuel Carlos Teodoro de Sousa (PSD).-----

Tendo faltado a senhora deputada Carla Sofia da Cruz de Brito Amador (NR) e o Senhor Vereador Carlos Alberto da Conceição Martins (PS).-----

- Estiveram ainda presentes, nos termos da lei, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Ventura Pina (PS) e os Senhores Vereadores: Maria Gracinda Gonçalves Rendeiro (PS); Eduardo Manuel da Cruz (PSD); Domitília da Conceição Coutinho Matias (PSD); Sebastião Manuel da Quinta Coelho (CDU) e Ivo Manuel Neto Madeira Conceição (BE).-----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de entrar no Período de Intervenção do Público, tomou a palavra para justificar a urgência e a pertinência da convocação da sessão extraordinária. Informando ainda que a realização da mesma foi decisão da mesa após, audição das bancadas dos diferentes partidos. -----



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

Período de Intervenção do Público: -----

- Foi iniciado um período dedicado ao público, tendo sido registada a seguinte intervenção:-----

- O cidadão José Lézinho, Presidente da Associação de Moradores do Núcleo dos Hangares, começou por agradecer ao público presente, que deixou a família para trás para vir mostrar a força da luta. Agradeceu também aos membros desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal por todo o apoio dado às populações das ilhas, independentemente das ideologias políticas. Afirmou que considera não ser correto o comportamento da Sociedade POLIS, que enganou os órgãos autárquicos, inclusive na prorrogação da sua existência. Afirmou que a situação atual é culpa da Sociedade POLIS que age à revelia de todos: Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministro da Tutela. Afirmou que aquela sociedade deveria reconhecer os seus erros. Afirmou ainda que a Sociedade POLIS age à revelia de todos, vergando as exigências da lei à sua vontade. Afirmou também que se estava a dialogar e o processo regrediu dois ou três anos por culpa daquela sociedade e do seu presidente. Referiu-se à luta dos ilhéus e às quantias despendidas, tendo os mesmos empenhado o seu futuro para a interposição de providências cautelares. Asseverou ser mentira que a POLIS ganhou todas as providências cautelares, sobretudo as consideradas primeira habitação, as quais perdeu, tendo ganho apenas em sede de recurso, alegando o interesse público. Declarou que tudo isto é feito à custa dos próprios contribuintes e ilhéus. Afirmou que o Presidente da Sociedade Polis mentiu aos ministros, distorcendo os dados dos processos, agindo como um Deus. Isto referiu, não pode ocorrer. Afirmou igualmente que não se pode atingir um ponto de diálogo porque o Presidente da Sociedade POLIS chantageia os ilhéus, chegando ao ponto de fazer espionagem. Afirmou que tem de ser feito um percurso diferente, referindo que reconhecem que há coisas que realmente estão mal, e têm de ser alteradas. Afirmou que a Sociedade POLIS pouco ou nada fez no concelho de Olhão e portanto, deveriam de ser expulsos do Chale João Lúcio. Afirmou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

que tudo isto seria intencional, pois falhar todos falham, mas falhar repetidamente seria de propósito. Requereu a intercessão desta Assembleia Municipal para que as Associações de Moradores sejam recebidas por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, de modo a fazerem chegar a sua preocupação pelo tratamento de que estão a ser vítimas, como se fossem cidadãos de segunda categoria. -----

- A cidadã Vanessa Morgado, representante do Movimento SOS Ria Formosa, agradeceu à Assembleia Municipal a discussão deste assunto e o convite para participar, referindo que sempre têm tido um comportamento pautado pelo civismo nas suas manifestações, pedindo que a presente Assembleia Municipal seja também uma lição de civismo e não uma mera discussão política. Requereu também que o PSD lhe facultasse a ata da Assembleia Distrital em que aprovou uma moção pela suspensão das demolições a esse nível. Requereu que, como políticos, os autarcas deem as mãos, de modo a acabar com situações de diferenças entre modelos de gestão dos núcleos e entre residentes nos mesmos. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em resposta salientou a posição unânime desta Assembleia, que sempre colocou o interesse das populações à frente das distintas posições ideológicas. -----

- O cidadão Feliciano Júlio, Presidente da Associação de Moradores do Núcleo do Farol, iniciou por agradecer o convite, colocando a questão de porquê só agora se realizar esta sessão, que considerou tardia, mas ainda assim bem-vinda. Elencou as diversas fases do processo, desde o início do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) em dois mil e cinco, até à situação atual, especificando as diferentes situações dos núcleos, bem como os passos dados pelas diversas Associações. Recordou também a providência cautelar movida pela Câmara Municipal de Olhão, apodada "Providência do Camaleão" bem como a presença ativa do senhor Presidente da Câmara Municipal de Olhão ao lado dos ilhéus. Afirmou que, tendo passado de duas mil para oitenta e uma as casas a demolir, não vão desistir, lutando até à última casa: não



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

desistirão, mas resistirão até ao fim. Afirmou que das negociações realizadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Olhão falará o mesmo, bem como as efetuadas pelo senhor deputado Luís Graça. Afirmou que foram sempre do seu conhecimento, tendo sido sempre consultado. Afirmou que a luta continua e não irá parar. -----

- A cidadã Sílvia Padinha, Presidente da Associação de Moradores da Ilha da Culatra, afirmou ser uma conhecedora profunda do processo. Reafirmou a sua total solidariedade com as restantes Associações de Moradores e Movimentos, mesmo que o seu móbil seja a defesa da comunidade do Núcleo da Culatra. Afirmou que a passagem de algumas casas de moradores casas de férias ocorreram por culpa do governo. Em relação aos restantes núcleos existentes, referiu que sempre defendeu que o modelo de gestão deveria ser semelhante ao da Ilha da Armona, pois as semelhanças entre os diversos casos são óbvias. Afirmou que se deve salvaguardar a questão da Culatra, sendo que não pretende uma situação semelhante à da Ilha da Armona, mas garantindo a especificidade da comunidade piscatória. Afirmou que tem encetado esforços para que assim suceda, incluindo na manutenção das infraestruturas. Afirmou que a Associação de Moradores da Ilha da Culatra sempre esteve e estará disponível para ajudar as restantes associações.-----

- O cidadão Miranda Ferreira, Presidente da LAIA – Liga dos Amigos da Ilha da Armona, afirmou que a sua primeira preocupação foi sempre a sobrevivência da associação, sendo que os únicos meios de subsistência da mesma são as quotas dos associados, sendo que daí provêm os meios para gastar em sucessivos processos nos tribunais. Afirmou que os problemas existem pois os políticos não dialogam em tempo útil. Referiu os problemas que tiveram, nomeadamente, o processo em tribunal para construção da sede social, bem como à extremosa burocracia do processo. Referiu que a mandatária do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, após perder o mesmo processo, pediu a demolição da sede social e a retirada do estatuto de ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente à LAIA. Afirmou que gostaria de



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

lutar com o diálogo, mas que este tem faltado a vários níveis. Afirmou que a maior preocupação relativa à Ilha da Armona é a das habitações se encontrarem no polígono legal da concessão. Afirmou que ao início havia diálogo entre a POLIS e a LAIA, tendo mesmo avançado alguns projetos. Informou que os técnicos se aperceberam da realidade local em contato com a LAIA, em visita conjunta à Ilha da Armona. Afirmou que acompanhou o processo, não só em relação à Ilha da Armona, mas aos restantes núcleos. Referiu que o estudo originou um dossiê, sobre todas as ilhas. Afirmou que de repente os estudos desaparecem da POLIS para ir ao Secretário de Estado do Ambiente. Perguntou pelos sócios da POLIS. Questionou se se demitiram das suas funções, pedindo que sobre estas questões se apurassem responsabilidades. Questionou se a POLIS existe de fato, quem a governa e se os sócios se deixam representar por esse órgão de governo. Afirmou que não é pela algazarra que se chega à solução, mas antes pelo diálogo sério, questionando os que não aceitam, por que motivo não o fazem. Afirmou a total solidariedade da LAIA com todas as associações das restantes ilhas. Questionou porque não se dialogou a tempo e se a solução será andar abaixo as casas. Porque não existem garantias de que o poder central deixe permanecer o modelo atual. Afirmou a sua fé no poder judiciário, desde que consigam fornecer os dados processuais como devem ser transmitidos. Referiu que a solução passa por agir com seriedade.-----

- O cidadão José Sabino afirmou estar presente com sentido de gratidão, pois existem políticos, como o cidadão Miranda Ferreira afirmou, que não têm caráter, e alguém o reconheceu. Agradeceu às Associações o seu trabalho e ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que sempre deu a cara pelas Associações. Afirmou estar grato às Associações e ao senhor Presidente da Câmara Municipal, tal como referiu não entender a inércia de esperar tanto tempo pela convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Olhão para debater este assunto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

- O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que a presente sessão tem como ponto único a votação numa moção muito semelhante à apresentada e aprovada unanimemente há um ano atrás. Afirmou que a posição continua a ser unânime. Referiu que todos se conheciam há muitos anos e todos sabiam da muita incoerência no processo desde a sua origem. Afirmou que o problema se coloca porque em mil novecentos e oitenta e três o Município de Faro não agiu quando devia ter agido, sendo que a situação continua agora. Afirmou que é difícil dar a cara e lutar mesmo contra os Partidos. Afirmou que este governo dialoga, ao contrário do anterior, sendo que há um ano atrás a situação era muito diferente. Referiu ainda que a Providência Cautelar dita "do Camaleão" conseguiu ganhar tempo. Afirmou que sempre disse que o problema não ficaria resolvido com a mudança de governo, pois há uma estrutura dentro do Ministério de Ambiente que se pauta pelo radicalismo das suas ações. Afirmou que há também muita gente a lutar ao lado da sua pessoa e que conseguiram mesmo chegar a Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro. Referiu-se à reunião de vinte e seis de setembro entre os autarcas e o Ministro do Ambiente que detém a maioria do capital da Sociedade. Referiu ainda que o representante dos autarcas é o senhor Presidente da Câmara Municipal de Faro, bem como referenciou quem são os administradores da dita Sociedade. Afirmou ainda que a proposta, à altura, era muito diferente, com a previsão de demolições na Ria e na Costa, sendo que o facto da Sociedade POLIS ter remetido os ofícios para a realização da Posse Administrativa das habitações veio a ajudar ainda mais à situação. O senhor Ministro do Ambiente informou que das oitenta e uma casas, onze foram notificadas indevidamente, ficando ainda setenta com demolição prevista. Destas, através de uma troca de correio eletrónico entre o Ministério e as associações, a tutela apresentou uma terceira abertura para que os proprietários que tenham a atividade profissional, passada ou presente, ligada à Ria e ao mar, permaneçam com as suas habitações, mesmo que essa não seja única ou primeira. Admitiu que, com essa abertura, mais vinte e três casas permaneçam edificadas, restando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

quarenta e sete. Afirmou que o caso será resolvido. Referiu que ainda haveria a possibilidade de igualar os mariscadores e pescadores entre os Hangares e o Farol aos residentes no núcleo da Culatra. Não pode afirmar que esteja satisfeito ou feliz, embora em compensação esta seja uma grande vitória. Referiu que não pode ficar feliz com a demolição das quarenta ou cinquenta habitações que escolheram construir as casas mais próximas da ria. Afirmou ir usar todo o expediente para travar as demolições sendo que a ação principal mantém-se e será decidida no dia vinte e três de fevereiro. Referiu também que as pessoas que colocaram os processos em tribunal não têm autoridade para fazê-lo. Afirmou que aos restantes partidos não basta dizer que são contra, têm de fazer mais. Referiu-se ainda ao período de revisão da situação, a ocorrer de três em três anos, e que isso dará tempo até à revisão do POOC, mas que até lá temos todos de fazer muito mais. Referiu que os deputados do PSD pelo Círculo Eleitoral de Faro à Assembleia da República nunca votaram favoravelmente as iniciativas dos restantes partidos, de modo a espelharem a unanimidade manifestada nesta Assembleia Municipal. Afirmou que os eleitos pelo PSD Olhão têm de fazer mais para que os mesmos mudem de posição. E referiu que há uma grande diferença entre ser Olhanense e não o ser: a união, a organização, o povo que saiu à rua. Afirmou que o mérito seria de todos e que isto permitiu visibilidade e simpatia pela causa. Afirmou que todos deveriam sentir vencedores. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, respondendo à questão da convocação da sessão, afirmou que a mesma se deu no seguimento de uma reunião da conferência de líderes, tendo em conta a iminência das demolições. Afirmou também que a mesma foi convocada, após a audição de todas as bancadas da Assembleia, tendo em consideração o anúncio de oitenta e uma demolições no dia vinte e nove do mês transato do senhor Ministro do Ambiente, assim como há falta de diálogo com as Associações, não obstante as expectativas criadas aos proprietários das habitações de que a mudança de governo iria suspender as demolições e reavaliar o processo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

- Em resposta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal, registou a sua alegria pelo desejo de mudança de governo, mas, num tom mais sério, afirmou que se tem de reconhecer que houve mesmo uma mudança efetiva. Citando a cidadã Vanessa Morgado, pediu que não se fizesse política: houve mudança, houve diálogo, sendo que não é tudo igual ao ocorrido durante o anterior governo. Afirmou que todos conquistámos uma grande mudança.-----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que o senhor Presidente da Câmara Municipal defendeu muito bem o seu governo, alegando que desconhecia a existência da troca de correspondência eletrónica entre o Governo e as Associações.-----

Em ponto de ordem à Mesa tomou a palavra o senhor Secretário da Mesa informando das seguintes substituições requeridas para a presente sessão: ----

- Da senhora deputada Dulce Cláudia Paixão Bernardo, da bancada do PS sendo substituída pelo senhor deputado Gabriel Leandro Negrita Fitas.-----

- Do senhor deputado Gabriel Leandro Negrita Fitas, da bancada do PS sendo substituído pela senhora deputada Isilda Maria Viegas Silva Moreno.-----

- Do senhor deputado Ricardo Manuel Veia Calé, da bancada do PS sendo substituído pelo senhor deputado Alberto Manuel Dias Mestre.-----

- Da senhora deputada Esmeralda de Fátima Quitério Salero Ramires, da bancada do PS sendo substituída pela senhora deputada Carla Maria Salgado da Cunha.-----

- Da senhora deputada Carla Maria Salgado da Cunha, da bancada do PS sendo substituída pelo senhor deputado Daniel Canceira Guedes.-----

- Da senhora deputada Cláudia Isabel Viegas do Nascimento, da bancada do PSD sendo substituída pela senhora deputada Cristina da Conceição Flôxo Miguel Gago.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

- Da senhora deputada Cristina da Conceição Flôxo Miguel Gago, da bancada do PSD sendo substituída pela senhora deputada Albina Maria Matos Alves. ---

- Da senhora deputada Mónica Cristina Lopes Neto, da bancada do BE sendo substituída pelo senhor deputado Domingos Pedro Ferro Terramoto. -----

Período da Ordem do Dia:-----

Ponto Único – “Pela Suspensão Imediata das Demolições nas Ilhas Barreira”.

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ir-se ausentar da sala por considerar existir incompatibilidade, uma vez que o mesmo faz parte de um Órgão Social da Associação de Moradores do Núcleo dos Hangares, sendo substituído na presidência pelo senhor Primeiro Secretário da Mesa, Bruno Alexandre.-----

- O senhor Presidente da Câmara, registando declaração de interesses, afirmou que, não obstante, permanecerá na sala, pois deve defender os interesses de todos os ilhéus. -----

- O senhor deputado Luís Salero Viegas, Segundo Secretário da Mesa, interveio referindo que todas as moções foram sempre votadas por unanimidade, sendo que ninguém mudou de opinião entretanto. Recordou as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal afirmando que há membros desta casa que ganharam inimizades com os seus partidos pela defesa intransigente das populações dos diversos núcleos. Acreditou que todos os membros desta Assembleia Municipal irão manter o apoio às gentes das ilhas. Esclareceu também quanto às quotas dos associados da Sociedade POLIS. Afirmou que não se deve ceder, sendo que não se pode ver isto de forma estatística. Referiu que se continuará a lutar pela suspensão das demolições.-----

- A senhora deputada Vanda Pinheiro iniciou, agradecendo a luta das Associações. Referiu-se à coerência de atitudes do Partido Comunista Português (PCP) quanto à questão. Referiu-se à escala de valores dos anteriores governos, sendo que em vez de se concentrarem no essencial,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

permitirem o usufruto das ilhas como espaço de residência, desenvolvimento de atividades económicas, lazer ou fruição, colocaram verbas nas demolições de modo a cederem aos interesses dos grandes interesses privados. Referiu-se às atuações da bancada do PCP na atual legislatura e aos acontecimentos do dia vinte e sete de setembro. Referiu que o PCP continua a honrar os seus compromissos, sendo que continuará a defender os interesses das populações da Ria. -----

- A senhora deputada Catarina Poço referiu que, no tocante à questão das demolições a bancada do PS sempre se manifestou contra e tem ajudado a colocar cobro a esta situação. Afirmou que não se trata de uma questão de vontade política, mas da verdadeira necessidade de alteração do POOC.-----

- O senhor Josué Marques afirmou que a diminuição de casas a demolir não deve sossegar ninguém. Afirmou que nenhuma casa deve ser demolida. Citou o senhor Presidente da Câmara Municipal e manifestou a sua expectativa quanto às respostas do senhor Primeiro-Ministro e do senhor Ministro da Defesa a uma questão colocada no presente dia pelo senhor deputado pelo PCP à Assembleia da República, Paulo Sá. Afirmou que a mesma se deve à publicação do Edital número sessenta e oito do senhor Capitão de Porto de Olhão, referente à interdição de fundeamento de embarcações na zona da Ria no núcleo do Farol, de modo a ser possível fundear uma lancha de duzentas toneladas para cargas e descargas. Referiu que a sanção acessória ao incumprimento do disposto no Edital é a perda da embarcação a favor do Estado. Afirmou que o mesmo foi substituído na presente data, sendo que já não consta a legenda referente à referida lancha. Questionou se o senhor Capitão de Porto terá agido à revelia do Ministro da Defesa Nacional, não acreditando que isso tenha ocorrido, questionando o que terá acontecido à dita lancha. Referiu que as respostas serão endereçadas depois às Associações. Recordou que há cerca de um ano ou dois se reuniu com as Associações na Culatra, sendo que na altura só se falava em travar a luta juridicamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

Relembrou que o deputado Paulo Sá afirmou na altura que a luta também teria de sair para a rua. Afirmou que assim terá de continuar. -----

- O senhor Presidente em funções da Assembleia Municipal, pedindo a vénia à Assembleia, recordou que não sendo seu hábito intervir nessa qualidade, perante a unanimidade do órgão e a gravidade da situação, o iria fazer. Afirmou que a presente situação mostra um total desrespeito pelo poder local autárquico, que sempre se pronunciou unanimemente a respeito desta matéria e foi completamente ignorado, quer pela Tutela, quer pela Sociedade POLIS. Referiu ainda, socorrendo-se dos diversos episódios que permitiram a Olhão sobreviver e existir ainda hoje, que a união que é necessária para, lutando, se poder vencer e permitir a sobrevivência e existência de todos os núcleos das ilhas barreira. -----

- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as palavras do senhor Presidente interino da Assembleia foram um elixir, sendo que era bom que o mesmo aparecesse também nas manifestações. Referiu-se também à intervenção do senhor deputado Josué Marques, requerendo que partilhasse os louros. -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em funções respondeu que, embora partilhe da luta e participe nas manifestações quando a sua agenda o permite, não o pode fazer aos dias laborais, pois a sua profissão exige dedicação constante para preparar as futuras gerações. -----

Posta à votação a Moção "Pela Suspensão Imediata das Demolições nas Ilhas Barreira" foi aprovada por unanimidade e aclamação. -----

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, cujas deliberações, após lidas e votadas em minuta, foram aprovadas por unanimidade, a qual vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, que a secretariei, sendo a seguir encerrada a Sessão, pelas vinte e três horas e quarenta minutos. -----



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

Olhão, 21 de outubro de 2016

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal



S.

R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

PELA SUSPENSÃO IMEDIATA DAS DEMOLIÇÕES NAS ILHAS BARREIRA

Considerando que:

- No seguimento da ação dos anteriores Governos, p atual Ministro do Ambiente, comunicou aos autarcas representantes dos Municípios acionistas da Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa SA, no passado dia 26 de Setembro, a intenção de avançar com a demolição de 81 construções na ilha da Culatra, 60 das quais até ao final de outubro, nos núcleos dos Hangares e Farol Nascente;
- Não obstante, as demolições anunciadas, nesta fase, ocorrerem unicamente no município de Faro, é a Ria Formosa – património a preservar face aos apetites dos grandes interesses económicos – como um todo e um complexo ecossistema, área protegida e área de ação humana que será afetada. Na verdade, a maioria das pessoas residentes nas comunidades da Ilha da Culatra – Culatra, Hangares e Farol – apesar de pertencerem administrativamente ao Concelho de Faro, mantêm ligações fortes ao concelho de Olhão, nomeadamente a nível económico e social. Sendo, assim, natural e legítimo que esta Assembleia Municipal de Olhão assuma nova posição perante a iminência da expulsão das populações aí historicamente estabelecidas.
- Obedecendo às orientações de sucessivos Governos a Sociedade POLIS Litoral – Ria Formosa SA, nunca considerou compatibilizar a utilização histórica da ocupação e da fruição das ilhas-barreira no seu território com a defesa e salvaguarda do meio ambiente. Nunca se preocupou com a história, a cultura ou as tradições das comunidades aí residentes. Nunca entrou em diálogo com as populações afetadas, baseando a sua ação em levantamentos, medições, delimitações e em pareceres técnicos pouco credíveis e fiáveis sobre as áreas a requalificar e a renaturalizar.
- As medidas de proteção previstas no POOC deveriam ser capazes de preservar o reconhecido património natural da Ria Formosa e simultaneamente os interesses das populações residentes, que maioritariamente vivem dos recursos da Ria Formosa;
- Ao invés dos sempre reivindicados investimentos na despoluição e desassoreamento das barras e canais de navegação na Ria Formosa e na requalificação das frentes marítimas e ribeirinhas, bem como, no apoio às atividades económicas e em particular às atividades de pesca e de marisqueio e de atividades conexas de que dependem milhares de famílias, o atual Governo, dando continuidade às opções dos Governos



S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

Anteriores, prepara-se para gastar milhões de euros na prossecução de um programa avulso de demolição de habitações;

- A luta e a contestação das populações, dos proprietários e das Associações de Moradores em manifestações populares e através dos tribunais contra as demolições, impediram que, até à data, as opções dos vários governos expressas no radicalismo dos representantes da POLIS, tivesse, em força, avançado para as demolições das habitações, priorizando-as, em detrimento das outras intervenções consideradas fundamentais na Ria Formosa;
- Também muitos autarcas, em especial os Presidentes das Câmaras Municipais de Faro e de Olhão, publicamente e em sede própria demonstraram a sua veemente discordância e indignação com a atuação da Sociedade POLIS, bem como, a Assembleia Municipal de Faro e a Câmara Municipal de Faro, que tem a jurisdição territorial da totalidade dos fogos inscritos para demolição, assim como, a Assembleia Municipal de Olhão e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, indo em defesa dos moradores nas Ilhas Barreira e ouvindo os Agentes da Ria Formosa, aprovaram inúmeras moções e propostas nas quais expressam que o seu entendimento de requalificação e valorização da Ria Formosa não é compaginável com os atos que a POLIS e o Governo da República se preparam para levar adiante;
- Que, por conseguinte, esta teimosia em levar por diante estas demolições de forma avulsa, significam, em última instância, fazer tábua rasa das aspirações das populações e das diversas deliberações formuladas pelos órgãos locais e regionais, o que configura uma clara desvalorização do papel do poder local;
- O atual ministro do Ambiente decidiu que seria dada prioridade à demolição das construções localizadas a 40 metros da linha de água da Ria por se encontrarem em risco, ficando, por ora, em pé, as habitações no lado do mar, pois com a reposição de areias realizada pela Sociedade POLIS aí já não se verifica o mesmo risco, ficando por responder o motivo pelo qual não realizou também, a reposição das areias no lado da Ria;
- Apesar do mesmo ministro ter afirmado que o processo de demolições na Ria Formosa "está a ser analisado e será ajustado" de forma a salvaguardar as casas de primeira habitação, não estão a ser admitidos comprovativos de recenseamento na Ilha da Culatra, sendo exigida aos moradores documentação de como dependem economicamente de uma atividade relacionada com a Ria Formosa, que à luz da legislação em vigor não deveriam fazer prova de residência.



S. R.

PA.
SL.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLHÃO

CÓDIGO POSTAL 8700-349

Assim, tendo em conta o exposto, a Assembleia Municipal de Olhão reunida em Sessão Extraordinária na sala do Auditório da Biblioteca Municipal José Mariano Gago, no dia 21 de outubro, delibera:

1. Reafirmar categoricamente, a sua solidariedade com todas as populações das Ilhas Barreira que têm de lidar com a ameaça de demolição das suas habitações;
2. Exigir a Suspensão Imediata das Demolições na Ria Formosa até que se proceda a avaliação rigorosa da adequação dos planos e instrumentos de gestão territorial sobre a área da Ria Formosa, tendo em conta o equilíbrio entre os recursos naturais sob proteção, o valor económico e cultural dos núcleos populacionais e os direitos das populações que ao longo de várias gerações vivem e trabalham na Ria Formosa;
3. Solicitar ao Governo que intervenha junto da POLIS, designadamente para que realizem os trabalhos de reposição de areias para a consolidação do cordão dunar na ria formosa (faixa da linha de água) de modo, a alterar a sua estratégia de intervenção para a prevenção do risco e não para as demolições;
4. Instar para que seja devidamente tido em conta o plano de ação entregue pela plataforma das Associações de Moradores, verdadeiros conhecedores da realidade do terreno, ao Ministro da Tutela, em qualquer atual e futura intervenção no espaço das Ilhas Barreira.

Os Subscritores:

Manuel Santana
 José Manuel Pires Salvo Torres
 José Manuel Marques
 Maria Adelaide Dias Sena
 Sandra Pinheiro
 Domingos Tenreiro
 Marcos Vieira Quiterio
 André Paes Loucho
 Manuel Carlos Sampaio

Albina Alves